



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011136-57.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Títulos de Crédito**
 Requerente: **MIGUEL ALVES DE ASSUNÇÃO**
 Requerido: **Banco Panamericano S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter recebido em sua residência fatura emitida pelo réu relativa a despesas contraídas com cartão de crédito.

Alegou ainda que nunca celebrou com o réu contrato para a utilização de cartão de crédito, de sorte que postula a declaração da inexigibilidade do débito apontado.

A preliminar arguida em contestação entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

A existência do contrato supostamente firmado entre as partes rendeu ensejo à emissão das faturas indicadas a fls. 29/115, constando de fl. 116 que o cartão respectivo foi recebido por Gabriel Assunção em 2008.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Diante desses elementos, o autor acenou com a possibilidade da transação em apreço ter sido levada a cabo por sua filha, a qual teria indevidamente utilizado seus documentos pessoais para tanto (esclareceu a propósito que o endereço declinado a fl. 116 era dela e quem assinou o AR foi seu neto).

Assim estabelecida a controvérsia, seria imprescindível que o réu amealhasse o instrumento que serviu de lastro aos fatos discutidos e especialmente os documentos pessoais apresentados para tanto.

Ele foi instado a fazê-lo por duas vezes (fls. 149 e 156), com a ressalva na segunda de que em caso de silêncio se reputaria a ausência de amparo à cobrança trazida à colação (fl. 156, item 1, parte final), mas permaneceu inerte (fl. 158).

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Era do réu o ônus de comprovar que agiu na hipótese vertente com a necessária cautela, observando documentos que realmente indicassem que estava ajustando negócio de maneira correta.

Impunha-se-lhe como fornecedor dos serviços adotar mecanismos seguros e eficientes na sua prestação, mas não há nos autos dados concretos que levem a essa ideia porque não se sabe o que objetivamente ele tomou em conta para a emissão do cartão de crédito aqui destacado.

Resta clara a partir do quadro delineado a negligência do réu na espécie.

Assentadas essas premissas, conclui-se que o débito cobrado do autor deve ser tido por inexigível à míngua de dados seguros que permitissem a certeza de que ou foi ele quem contratou o cartão de crédito destacado ou ao menos de que teria o réu obrado com zelo para a sua emissão.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos e tornar definitiva a decisão de fls. 12/13, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. P.R.I.

São Carlos, 25 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**